

Violência homicida no Espírito Santo: relações de causalidade e políticas públicas

Daniela Cristina Neves de Oliveira¹

Resumo: O trabalho se situa no campo da sociologia da violência e busca compreender o processo social e político associado à grave situação de mortalidade violenta no Espírito Santo (ES), localizado no Sudeste do Brasil. A primeira mensuração confiável do número de homicídios no contexto nacional data da década de 1980, quando no ES a taxa chegava a 15,1 assassinatos por 100 mil habitantes. A taxa de homicídio teve o primeiro aumento significativo no final da década de 1980, saltando de cerca de 20 para atingir o auge de 42,5 homicídios por 100 mil habitantes em 1994. Nesta década, o estado atingiu seu recorde histórico de 58,4 homicídios por 100 mil pessoas em 1998. Desde 2003 o índice girava em torno de 50 homicídios por 100 mil, porém entre a população jovem esse índice chegou a 129,2 em 2009. Esses números são considerados como evidência de epidemia, conforme critérios da Organização Mundial da Saúde. Tendo em mente essas ideias e a partir de uma revisão da literatura especializada, discutimos fatores causais relacionados à violência homicida. Em especial, enfocamos os aspectos sociais e políticos do fenômeno, porquanto a partir de 2010 houve uma relativa redução dos homicídios no estado, a qual tem sido propagandeada como consequência da implementação de políticas públicas de segurança de prevenção social e controle dos crimes violentos. Enfim, por meio da descrição da dinâmica e magnitude dos homicídios, de seus elementos impulsionadores, que são multifacetados, problematizamos em que medida é possível explicar a recente diminuição dos assassinatos em função das melhorias anunciadas no setor da segurança pública.

Palavras-chave: homicídio; segurança pública; Espírito Santo.

Abstract: The work is located in the field of sociology of violence and seeks to understand the social and political process associated with the serious situation of violent mortality in Espírito Santo (ES), Brasil. The first reliable measurement of the number of homicides in the national context dates from the 1980s, when in ES the rate reached 15.1 murders per 100 thousand inhabitants. The homicide rate saw its first significant increase in the late 1980s, jumping from around 20 to reach the peak of 42.5 homicides per 100,000 inhabitants in 1994. In this decade, the state reached its all-time high of 58.4 homicides per 100,000 people in 1998. Since 2003 the rate has been around 50 homicides per 100,000, but among the young population this rate reached 129.2 in 2009. These numbers are considered as evidence of the epidemic, according to the WHO's criteria. Keeping in mind these ideas and from a review of the specialized literature, we discuss causal factors related to homicidal violence. In particular, we focus on the social and political aspects of the phenomenon, as from 2010 there has been a relative reduction in homicides in the state, which has been propagated as a consequence of the implementation of public security policies for social prevention and control of violent crimes. Finally, by describing the dynamics and magnitude of homicides, their multi-faceted drivers, we question the extent to which the recent decline in killings can be explained by the improvements announced in the public safety sector.

Keywords: homicide; public security; Espírito Santo.

¹ Doutoranda em Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo. Pesquisa realizada com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4644345499778310>

Introdução

Juan e Damião tinham 18 e 22 anos respectivamente quando foram assassinados com mais de vinte tiros cada um, no bairro Morro da Piedade, periferia da capital do Espírito Santo. A tragédia aconteceu no quintal da casa dos irmãos, que eram negros, numa madrugada do mês de março de 2018. Infelizmente, o caso não se trata de uma novidade. Assim como Juan e Damião centenas de jovens são mortos no país todos os anos, em locais e circunstâncias semelhantes².

A pesquisa se situa no campo da sociologia da violência³ e tem como objetivo geral compreender o processo social e político associado à grave situação de violência letal no estado do Espírito Santo (ES), região Sudeste do Brasil, sobretudo a partir dos anos 2000. Esse artigo, em particular, é mais um produto descritivo de uma fase da pesquisa empreendida no âmbito do curso de doutorado em Sociologia⁴, do que algo conclusivo e analiticamente acabado. Nossa intenção é apresentar uma revisão de literatura acerca dos determinantes da violência homicida. Além disso, partindo especificamente do aspecto político e institucional, avaliamos o programa de segurança pública Estado Presente em Defesa da Vida, implementado entre 2011 e 2014 pelo governador Renato Casagrande (PSB), tendo sido, também, retomado em 2019. O programa vem sendo capitalizado politicamente pelo governo estadual como responsável pela redução dos homicídios no Espírito Santo. Nosso esforço consiste em compreender tal situação por meio de um ponto de vista crítico, desde que a violência homicida é um fenômeno multicausal e, ademais, não é possível isolar a atuação do governo estadual de toda a realidade social complexa. De todo modo, refletimos em que

² Esse crime aconteceu em função de conflitos relacionados à dinâmica do tráfico varejista de drogas ilícitas na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV). Apesar disso, os rapazes vitimados não tinham participação no comércio; morreram por não saberem onde estava certa pessoa, “chefe” do tráfico local, segundo investigação da Polícia Civil. Disponível em: <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/suspeitos-da-morte-dos-irmaos-ruan-e-damiao-e-de-trafficante-sao-presos-no-es.ghtml> Acesso em: 25 de julho de 2018.

³ Trata-se de um campo que abrange o estudo dos fenômenos do crime e da violência, do funcionamento das organizações policiais, do sistema de justiça criminal, das prisões e das políticas de segurança pública. Seu desenvolvimento pode ser associado a dois fatores principais: a emergência do crime e da violência como problemas públicos no Brasil e o debate em torno das diversas “soluções” possíveis no plano das respostas estatais e societárias para os problemas do controle social da violência e de produção e imposição da ordem social, em contextos históricos em que estão presentes a democracia e o estado de direito (RATTON, 2018).

⁴ Apenas para situar o(a) leitor(a), o curso e a pesquisa foram iniciados no primeiro semestre de 2018. Desse modo, ela deve ser concluída até o final do ano de 2022. Neste momento, estamos na fase de coleta de dados documentais, realização de entrevistas com agentes governamentais, análise dos dados criminais e mapeamento dos projetos vinculados à política de segurança pública. A segunda fase da pesquisa consiste no estudo das sociabilidades juvenis em contextos urbanos e periféricos, por se tratar do grupo social mais vitimado pela violência homicida e dos locais mais atingidos. Focalizamos jovens (de 15 a 24 anos) participantes dos projetos de prevenção da violência, a fim de examinarmos os fatores de risco para os homicídios e os efeitos da atuação do estado em termos de prevenção da violência. Lançamos mão de entrevistas narrativas e grupos focais, segundo a perspectiva etnossociológica (BERTAUX, 2010).

medida essas melhorias anunciadas no setor da segurança pública provavelmente contribuíram para a recente redução do número de mortes violentas no estado.

Conforme Rodrigues e Cruz (2011), a primeira mensuração confiável do número de homicídios no contexto nacional data da década de 1980, quando no ES a taxa chegava a 15,1 por cem mil habitantes, com cerca de 305 homicídios em números absolutos. O número de homicídios teve o primeiro aumento expressivo no final da década de 1980, saltando de cerca de 20 para atingir o auge de 42,5 homicídios por 100 mil habitantes em 1994. Nesta década, o estado atingiu seu recorde histórico de 58,4 homicídios por 100 mil habitantes em 1998. Desde 2003, a taxa girava em torno de 50 homicídios por 100 mil. Contudo, entre a população jovem de 15 a 24 anos, a taxa chegou a 129,2 em 2009. A partir de 2010, porém, notamos uma relativa redução dos assassinatos no ES, que vem ganhando força. Por exemplo, em 2009 a taxa de homicídios por 100 mil habitantes foi de 56,9, já em 2016 foi de 32,0 (FBSP; IPEA, 2018). Nossa pesquisa focaliza de modo especial os anos de 2007 a 2018, que compreendeu três mandatos governamentais⁵, pois nesse período houve um esforço anunciado do governo estadual na implementação de políticas focadas na redução de homicídios.

É importante explicar que a diminuição do número de assassinatos não é específica do estado do ES, mas ocorreu antes no Sudeste e, mais recentemente, no Brasil em geral. Em 2017, a taxa de homicídios por cem mil habitantes no país foi de 31,6, maior nível histórico de letalidade violenta. Nos últimos anos, enquanto houve uma diminuição das mortes violentas nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, observou-se certa estabilidade na região Sul e crescimento significativo da letalidade nas regiões Norte e Nordeste (FBSP; IPEA, 2019). O forte aumento dos assassinatos nestas duas regiões, nos últimos dois anos, provavelmente foi influenciado pela guerra de facções criminosas, deflagrada entre junho e julho de 2016 (MANSO; DIAS, 2018).

Pois bem, a queda dos assassinatos em 2018 no país foi indicada pelo Monitor da Violência, que consiste numa parceria entre o G1, o Núcleo de Estudos da Violência da USP e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Essa queda é a maior dos últimos 11 anos, o total de mortes violentas caiu 13% em 2018 em comparação com 2017. O Monitor da Violência contabilizou as vítimas de homicídios dolosos, latrocínios e de lesões corporais seguidas de morte, que compõem o grupo dos crimes letais intencionais, os dados analisados

⁵ Entre 2007 e 2010, o estado foi governado pela segunda vez por Paulo Hartung (PMDB), seu primeiro mandato foi no período de 2003 a 2006. Em 2011 assumiu Renato Casagrande (PSB), tendo recebido o apoio de Hartung. Contudo, nas eleições de 2014 houve um rompimento e ambos disputaram o governo, sendo que Hartung saiu vencedor, de modo que de 2015 a 2018 governou o ES pela terceira vez. Em 2018, este não se candidatou, tendo dito que um quarto mandato seria “exagero”. Casagrande, por sua vez, disputou as eleições e venceu, assim é o atual governador do Espírito Santo.

são provenientes da segurança pública dos estados. O aumento significativo dos homicídios em 2017, como dito antes, provavelmente foi impulsionado pela guerra entre facções do narconegócio e a crise do sistema prisional. Embora esses conflitos possam ter arrefecido, a redução da letalidade violenta em 24 estados do país aponta que outras dinâmicas devem ser investigadas. Em 2018, apenas três estados apresentaram aumento das mortes violentas: Amapá, Tocantins e Roraima⁶.

No que se refere ao ano corrente, em comparação com o primeiro bimestre de 2018, no primeiro bimestre de 2019 houve uma redução de 25% no número de assassinatos⁷ no país. Estudiosos do FBSP argumentam que a criação do Ministério da Segurança Pública na gestão passada pode ter influenciado essa diminuição, desde que a implementação do Sistema Único da Segurança Pública (SUSP) ocorreu num contexto de mobilização dos estados, pressionados pelos índices de criminalidade e pelo período eleitoral. Independente desta redução dos assassinatos, as taxas ainda continuam altas. São taxas consideradas epidêmicas segundo critério da Organização Mundial de Saúde (OMS), mais que 10 homicídios por 100 mil habitantes.

Enfim, a seguir, no primeiro tópico do trabalho, discutimos os determinantes para a ocorrência da violência letal, destacamos os fatores demográficos, socioeconômicos, políticos e institucionais e relacionados ao crime organizado. No segundo, partindo do aspecto político, especificamente da segurança pública, debatemos a relativa diminuição dos homicídios no ES a partir do programa Estado Presente em Defesa da Vida, em virtude de ser responsável pela diminuição das mortes violentas intencionais, segundo o discurso do atual governo.

1. Estudos da violência e do crime: uma revisão de literatura

Violência é um termo que carrega múltiplos sentidos em nossa sociedade, em geral significa fatos e ações humanas que se opõem, questionam ou perturbam a paz ou a ordem social legitimada. A palavra violência tem origem no verbo latino *violare*, que quer dizer tratar com violência, profanar, transgredir. Tem a ver com o termo *vis*, ou seja, força, potência, vigor, violência. Violência significava o desvio do curso “natural” das coisas pelo uso da força externa, na tradição clássica greco-romana, segundo explica Adorno (2012). O autor expõe que os múltiplos significados da palavra giram em torno do universo de valores que constitui o “sagrado” para certo grupo social. Como exemplo, menciona o direito à vida

⁶ Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2019/02/27/queda-no-no-de-assassinatos-em-2018-e-a-maior-dos-ultimos-11-anos-da-serie-historica-do-fbsp.ghtml> Acesso em: 15 de setembro de 2019.

⁷ Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2019/04/18/brasil-registra-queda-de-25percent-nos-assassinatos-nos-dois-primeiros-meses-do-ano.ghtml> Acesso em 10 de setembro de 2019.

na civilização ocidental moderna, o qual é considerado universal, não obstante o modo como as diferentes culturas o respeitam e o garantem para pessoas pertencentes a grupos sociais distintos.

Com efeito, violência não diz respeito somente à violação da integridade física, mas também se refere à violação da integridade ou dignidade moral, trata-se do *aspecto simbólico da violência*. Nesse sentido, chamou nossa atenção o discurso de um jovem por ocasião de uma audiência pública no ES, em 2019, sobre o extermínio da juventude⁸. Ao discutir o tema, o rapaz afirmou que antes da morte física, existe a “morte social”, que por vezes começa na infância, quando os direitos básicos para a vida em sociedade são negados. Fez referência ao direito à educação e também à experiência do estigma por ser uma pessoa negra e pobre, de antemão considerada “suspeita”, muitas vezes. Sob essa luz, o extermínio não se restringe a destruição física, portanto.

Dito isso, destacamos que crime, por sua vez, é a violência codificada nas leis penais. Porém, uma vez que as sociedades não são estáticas, mas variam muito no tempo e no espaço, a ideia do que é considerado violência e crime também varia consideravelmente. Por exemplo, só recentemente a violência contra mulher, ou violência doméstica, foi reconhecida como tal e criminalizada. Como consequência, a violência provoca danos à integridade física, psíquica, moral, aos bens materiais e simbólicos (ADORNO, 2012).

Pois bem, em nosso trabalho tratamos particularmente de um tipo de violência considerado mais grave e definitivo: o homicídio. O termo derivado do latim significa a morte de um ser humano causada por outro. O artigo 121 do Código Penal brasileiro trata do assassinato e define as penas para o crime de homicídio; além do homicídio doloso (quando existe a intenção de matar), está definido o feminicídio, ou seja, o assassinato de mulheres por razões da condição de sexo feminino⁹ e o homicídio culposo (quando a morte é causada sem intenção, mas por negligência, imprudência ou imperícia, por exemplo). Ademais, existem os assassinatos perpetrados por agentes de segurança do Estado contra cidadãos, em contextos de diferentes conflitos, são as chamadas “operações de guerra” e “intervenção legal”, conforme definição do Ministério da Saúde.

Soares (2008) explica que o homicídio é, em geral, percebido como um tipo de violência imprevisível, mas segundo ele se trata de uma ideia equivocada. Num bairro,

⁸ A atividade fez parte da VIII Semana Estadual de Debate contra o Extermínio de Jovens, promovida pela Secretaria Estadual de Direitos Humanos do ES (SEDH) junto ao Conselho Estadual da Juventude (CEJUVE). O objetivo do evento foi discutir a violência contra os jovens, em alusão ao Dia Estadual do Combate ao Extermínio de Jovens, lembrado em 21 de setembro, bem como a Semana Estadual da Juventude, ambos instituídos em 2011 por meio da Lei Estadual nº 9.646. O evento aconteceu no mês de setembro de 2019.

⁹ O feminicídio foi incluído na legislação brasileira por meio da Lei nº 13.104, de 2015.

cidade, município, estado ou país, o número de homicídios em um ano, de modo geral, se assemelha ao número de homicídios do ano anterior. As áreas mais violentas são quase sempre as mesmas. Desse modo, o autor argumenta que homicídios são fenômenos estruturais¹⁰. Dado que a população muda gradualmente, salvo em guerras, epidemias, catástrofes e grandes migrações, o número de homicídios num estado ou país muda pouco de ano para ano. O autor afirma que é contra o pano de fundo desse padrão de estabilidade que se examina a diminuição e o crescimento rápidos de qualquer taxa de homicídios. Um crescimento súbito indica fatores novos, como aumento abrupto do consumo de drogas e intensificação de lutas por pontos de distribuição, acesso fácil a novas e potentes armas, colapso de fatores dissuasórios, como a instituição policial e outros, ou o fim de uma guerra.

No que se tange ao Brasil, dados recentes indicam o seguinte: mais de 60 mil pessoas foram mortas violentamente no ano de 2017, e algumas têm mais chance de serem vítimas do que outras. Vejamos, o homicídio é a principal causa de morte entre os jovens brasileiros - o que certos estudiosos e pessoas engajadas em lutas sociais denunciam como os fenômenos “juventude perdida”, “extermínio da juventude” ou ainda “*juvenicídio*”.

Segundo dados de 2017 do Ministério da Saúde, os assassinatos respondem por 51,8% dos óbitos de jovens de 15 a 19 anos; 49,4% para pessoas de 20 a 24; e de 38,6% das mortes de jovens de 25 a 29 anos. Em 2017, quinze estados apresentaram taxas de homicídio de jovens (pessoas de 15 a 29 anos) acima da taxa nacional, que foi de 69,9 por 100 mil. A taxa mais baixa foi encontrada no estado de São Paulo (18,5) e a mais alta no Rio Grande do Norte (152,3). Em específico, a taxa de homicídio de jovens no ES foi de 86,0. Quanto à população brasileira em geral, a taxa de homicídios em 2017 foi de 31,6 (IPEA; FBSP, 2019). Além do fator geracional, o de gênero também é importante na compreensão do fenômeno. A criminalidade violenta vem sendo fortemente relacionada ao sexo masculino. Analisando particularmente o grupo dos homens jovens, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes chegou a 130,4 em 2017. Dos 35.783 jovens assassinados em 2017, 94,4% (33.772) eram do sexo masculino.

Em termos globais, os indicadores mostram a concentração do problema dos homicídios nos países latino-americanos, sendo que o Brasil entra sempre na lista das nações mais violentas do planeta. As taxas mais baixas são encontradas na Europa e Oceania. Em verdade, a prevalência dos homicídios no mundo varia muito. As taxas são altíssimas em

¹⁰ A ideia de estrutura, aqui, comporta as seguintes noções: segue a tendência de mudanças graduais, sem prejuízo de oscilações de conjuntura, tendo em vista os limites superior e inferior do número possível; segue um padrão estável, ainda que mutável, de relações com as variações externas com que apresenta correlações que não mudam substancialmente de valor no tempo; sua composição interna (por idade, gênero, etc.) também é estável.

Honduras e Venezuela, por exemplo, com mais de 50 homicídios por 100 mil pessoas, enquanto que o Japão e a Islândia declaram taxas de homicídio de menos de 0,5 por 100 mil habitantes. Tais variações são conhecidas dos pesquisadores e interpretadas como evidência de que a violência é impulsionada por fatores demográficos, econômicos, sociais e políticos. Mais especificamente, os estudos enfatizam como prováveis causas do problema, em geral, aspectos como porcentagem de jovens na população, Coeficiente de Gini, PIB *per capita*, desigualdade de renda, população em crescimento e assim por diante. Ademais, mais atenção tem sido dada recentemente ao possível papel de fatores mais diretos para o crime, como eficiência policial, corrupção, ou seja, enfocam o funcionamento do sistema de justiça criminal ou, de modo mais amplo, os mecanismos de controle social formal (OUIOMET; LANGLADE; CHABOT, 2018).

Compreender a mudança nos padrões de homicídio é um desafio, pois é difícil isolar o efeito de qualquer fator isolado entre todos os fatores que afetam um local (país, estado, cidade, distrito, bairro) em um dado momento. Apesar disso, destacamos os seguintes fatores que aparecem com frequência nos estudos sociológicos das causas da violência homicida, são eles: demográficos, socioeconômicos, políticos e institucionais e fatores relacionados à atuação de grupos criminosos.

Em primeiro lugar, fatores demográficos influenciam a dinâmica de homicídio. Eles podem impulsionar certos tipos de homicídio e agir como fatores de proteção contra outros tipos. Por exemplo, uma alta participação dos jovens na população está ligada em certas regiões a altos níveis de homicídio. Além disso, em certos contextos, a violência letal não afeta mulheres e homens igualmente em cada faixa etária. Normalmente, as taxas de homicídio são mais altas entre os homens do que entre as mulheres. Ademais, os grupos etários mais jovens são desproporcionalmente afetados em comparação com outros.

A diferença entre o sexo das vítimas de homicídio é notável em países com altas taxas de mortalidade violenta. Em geral, quanto maior a taxa global de homicídio dentro de um país, maior a proporção de vítimas masculinas de todas as vítimas registradas de homicídio. Em algumas sociedades, particularmente em países que apresentam baixas taxas de homicídio, como na Ásia, as chances de vitimização são semelhantes para homens e mulheres. No Japão, por exemplo, as taxas de homicídio para ambos os sexos vêm caindo na última década. Já na Europa, os números de vítimas de homicídio de homens e mulheres são quase iguais em países como Alemanha e Suíça (UNODC, 2019).

Em contraste, em alguns países com alta incidência de homicídios na América Latina e Caribe, os homens superam frequentemente as vítimas femininas. Quando as taxas de

homicídio aumentam nesses países, boa parte das vítimas adicionais é do sexo masculino, o que indica um fator causal que seletivamente afeta homens. Em El Salvador, por exemplo, quando o número de homicídios aumentou rapidamente entre 2013 e 2015, mais de 90% das vítimas adicionais eram do sexo masculino. Nesse caso, o principal condutor do aumento da taxa de homicídio foi um conflito entre gangues (UNODC, 2019).

Segundo o relatório sobre homicídios do UNODC (2019), estudos recentes têm atribuído taxas extremamente altas de homicídio entre jovens na América Latina ao fato de que muitos abandonaram a escola e também não estão trabalhando. Essa geração de jovens conhecida como “nem nem” (nem estudam, nem trabalham), constituem um grupo em risco de exclusão social e que necessitam de oportunidades, recursos e acesso aos mercados de trabalho formais. O fenômeno “nem, nem” tem sido identificado como um fator que contribui para o crime, dependência de substâncias e desintegração social. Distribuição desigual de renda, instituições fracas e a proliferação do crime organizado na região alimentam esse fenômeno.

Cerqueira (2010) afirma que um resultado consagrado nos estudos de etiologia criminal é que o crime não é uma constante no ciclo de vida do indivíduo. As estatísticas e padrões internacionais mostram ainda que a maior prevalência de ofensas criminais ocorre não apenas na fase da juventude, porém também envolvendo indivíduos do sexo masculino. Semelhantemente, os homens jovens são os mais vitimados. Para exemplificar, mencionamos Mello e Schneider (2007), os quais explicaram que a dinâmica da estrutura etária ocorrida em São Paulo nos anos 1990 e 2000 foi um dos fatores principais que explica o crescimento dos homicídios da década de 1990 e a queda nos anos seguintes.

Em 2003, partindo das taxas de homicídio por 100 mil habitantes dos estados, verificou-se que o ES (com taxa de 50,1), juntamente com Rondônia (38,9) apresentaram valores que foram superados apenas por Pernambuco (55,3) e Rio de Janeiro (52,6). Dez anos depois, em 2013, o ES reduziu sua taxa de homicídio para 42,2 assassinatos por 100 mil habitantes. Contudo, quando consideramos a população jovem, houve um aumento da taxa. Em 2003, a taxa de homicídios juvenis foi de 93,3, já em 2013, foi de 99,1, ou seja, um aumento de 6,2%. Desse modo, uma questão posta para investigação é: por que a tendência de queda nas taxas gerais de homicídio no ES também não ocorreu com relação à população jovem – entre 2003 e 2013? No período mencionado os homicídios de jovens aumentaram quase três vezes mais que o aumento populacional referente a esse grupo de idade. Entre 2011 e 2014 ocorreram 6.466 homicídios no ES, sendo 3.401 de jovens de 15 a 29 anos. Excluindo as mortes sem informação de idade, o homicídio juvenil representou 61,7% do total de casos

no período mencionado (IJSN, 2015).

Nessa mesma ordem de ideias, compreendemos, por meio de pesquisa qualitativa acerca das sociabilidades e dos conflitos juvenis nas periferias da RMGV, que boa parte dos homicídios de jovens neste contexto acontece em decorrência de conflitos e disputas no âmbito da sociabilidade em torno do comércio varejista de drogas ilícitas. Muitas vezes, a morte é consequência de um ciclo de vinganças. Os jovens de um grupo se declaram *inimigos* dos jovens de outro grupo e, desse modo, o homicídio é considerado legítimo do ponto de vista moral: afinal, se mata para não morrer. No entanto, para além dos motivos vinculados ao comércio, operam fatores culturais os quais têm a ver com relacionamentos afetivos entre meninos e meninas. Os padrões construídos de masculinidade e feminilidade fazem com que os rapazes se conduzam de modo agressivo quando se sentem traídos/desrespeitados, o que por vezes desencadeia desfechos violentos que podem ser letais, tendo em mente, aqui, a disponibilidade de armas de fogo (OLIVEIRA, 2018).

Indo além da dimensão demográfica, os fatores socioeconômicos também são abundantemente discutidos na literatura especializada. No que se refere à comparação entre países, Soares (2008) indica pesquisas internacionais que constataram que o desenvolvimento econômico influencia sobremaneira o crime. Wolf (1971), por exemplo, analisou taxas de crime e concluiu que países pobres e ricos possuem padrões diferentes de criminalidade. Em especial, os homicídios diminuem com o desenvolvimento, contudo os demais crimes aumentam. Wellford (1974), de igual modo, verificou que os crimes contra a propriedade aumentam com o desenvolvimento, enquanto os homicídios diminuem.

No Brasil, a relação entre renda média e as taxas de homicídio não é simples, pois as taxas de homicídio avançam quase de modo linear, enquanto que o comportamento da renda média é variado. Conforme análise de Soares (2008), não houve forte ligação entre renda média e as taxas de homicídio no país de 1979 a 2002. Todavia, essas relações nem sempre se reproduzem no espaço; isto é, no caso da renda, tomando os estados como unidades de observação, notam-se correlações positivas entre a renda nominal média dos chefes de família e as taxas de homicídio. Ademais, no interior das áreas metropolitanas as variáveis estruturais parecem ter uma relação mais próxima com as taxas de homicídio.

Lima e Costa (2018), por sua vez, destacam que nem a melhoria dos índices de escolaridade nem a redução da pobreza, verificadas no período entre 2000 e 2010, afetaram as taxas de homicídio no Brasil. De acordo com os autores, esse quadro indica que precisamos examinar com cuidado a ideia de que há estreita correlação entre escolaridade, pobreza e violência. Eles afirmam, também, que não se verifica a relação entre desigualdade social e

aumento da violência, pois embora o número de homicídios tenha aumentado mais de 130% nos últimos vinte anos, a concentração de renda no Brasil tem permanecido quase a mesma no período.

Claudio Beato (2012) usa dados do estado de Minas Gerais para demonstrar que a relação entre o Coeficiente de Gini, indicador de pobreza relativa, com o percentual de famílias que vivem com menos de um salário mínimo, indicador de pobreza absoluta, explica pouco as taxas de criminalidade violenta. Segundo o autor, pouca ou nenhuma variação dessas taxas parece estar associada às medidas de desigualdade adotadas. Soares (2008) indica que essa compreensão é comum a outros pesquisadores da violência, tais como Edmundo Campos Coelho, Antônio Luiz Paixão (1988) e Alba Zaluar. Os trabalhos desses estudiosos negavam validade empírica ao determinismo economicista. Coelho (1978) argumentou que as variáveis policiais e judiciais predominavam na análise do crime violento no Rio de Janeiro. Já Zaluar (1999) verificou que entre as capitais brasileiras, as mais pobres não eram as que apresentavam as taxas mais altas de homicídio. Nesse sentido, incluiu a fraqueza institucional em sua explicação.

Por outro lado, Cardia, Adorno e Poletto (2003), analisando dados da Região Metropolitana de São Paulo, verificaram que os bairros mais pobres são os que apresentavam as taxas mais altas de homicídios. Isso significa que o que vale para um nível de agregação, não vale para os demais, necessariamente. Soares (2008) afirma que no nível individual, os dados de vários países indicam que a violência física atinge, sobretudo, as classes mais pobres. Com efeito, no caso do ES, as mortes violentas são concentradas em certos bairros com características semelhantes: déficit histórico de serviços públicos e infraestrutura adequada, que foram focos do que alguns chamam de “ocupação desordenada” e com atividades do comércio ilegal de substâncias ilícitas (ZANOTELLI et al., 2006). Em resumo, são bairros onde residem pessoas das classes pobres urbanas. Todavia, em boa parte de bairros assim, dos municípios de Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica e Viana estudados por Zanotelli et al. (2006), as taxas de homicídio são baixas. Ou seja, a condição socioeconômica, isoladamente, não consegue explicar a alta incidência de mortes violentas. Já os bairros das classes médias e privilegiadas quase não têm casos registrados de homicídio. Os autores analisaram dados do ano de 2000. Notamos que os bairros mais atingidos pela violência letal em 2000 continuam basicamente sendo os mais afetados em 2018¹¹.

¹¹ Alguns desses bairros estão na RMGV, por exemplo: regiões de Feu Rosa e Vila Nova de Colares, Carapina, Planalto Serrano e Jacaraípe, no município de Serra; regiões de Flexal, Padre Gabriel e Nova Rosa da Penha, em Cariacica; região de Terra Vermelha em Vila Velha; conjunto dos bairros do entorno do Bairro da Penha e São Benedito e pelos morros no entorno do Centro (Forte de São João, Morro do Moscoso), bem como região de São Pedro, no município de Vitória. A taxa de homicídio por 100 mil habitantes da capital, Vitória, vem caindo

Quanto aos fatores políticos e institucionais, consideramos que as instituições (normas formais, informais e diretrizes que ordenam as sociedades) podem ter um impacto decisivo sobre a violência. Quando as instituições da lei e da ordem são perversas, a segurança humana é ameaçada, assim como uma limitada legitimidade política pode incentivar a violência. Desse modo, um fator importante que molda a violência urbana é a incapacidade das instituições estatais de regular e, por fim, administrar o uso legítimo da força. Assim, frágeis instituições democráticas encorajam a violência; por conseguinte, melhorar as instituições políticas pode ser importante nos processos de redução da violência (HOELSCHER; NUSSIO, 2015).

Sapori (2012), assim como Nóbrega Júnior (2010), encontra nas políticas de segurança pública uma explicação para a permanência dos homicídios. O autor analisa a dinâmica da sociedade brasileira no que diz respeito aos indicadores socioeconômicos e aos indicadores de violência urbana. Ele aponta duas macrotendências, quais sejam, crescente inclusão social verificada na primeira década do novo milênio e progressiva deterioração da segurança pública. Desse modo, diz que estamos diante de um aparente paradoxo, pois se a sociedade brasileira realiza conquistas sociais, era de se esperar que a criminalidade seguisse caminho contrário, no sentido da redução. Entretanto, Sapori defende a tese de que não se trata de um paradoxo, pois a dinâmica da violência urbana não é mera derivação da dinâmica da estrutura socioeconômica. A elevada e crescente incidência dos homicídios seria afetada por outros fatores concernentes à consolidação do tráfico de drogas, à persistente impunidade e à gestão ineficiente das políticas de segurança pública.

Hoelscher e Nussio (2015) estudaram a redução dos homicídios em duas cidades, Recife, no Brasil, e Bogotá, na Colômbia, e concluíram que embora a violência urbana tenha muitas formas e motivações, o fortalecimento das instituições políticas e sociais são importantes no processo de redução da violência. Os estudos de caso sugerem que novos líderes que se aproveitam de conjunturas críticas podem fornecer melhorias inesperadas à segurança pública. As melhorias têm a ver com a progressiva institucionalização de políticas de segurança, aumentando a responsabilização das instituições políticas, além de reformas sociais que encorajam valores cívicos e compromissos com a não violência. Embora as descobertas sejam específicas aos casos estudados, elas podem plausivelmente se aplicar a uma grande variedade de cidades, de modo que compromissos para melhorar as políticas públicas e as instituições políticas são fatores estruturais que atingem a violência urbana.

paulatinamente desde 2007, e em 2017 foi de 30,6. Conforme o Atlas da Violência 2019, Vitória é a terceira capital do país com menor taxa de homicídio. Já em Serra, Cariacica e Vila Velha, no ano de 2017, a taxa estimada de homicídio foi de 65,2, 59,8 e 40,4, respectivamente (IPEA; FBSP, 2019).

O caso de Recife nos fornece um exemplo. No final dos anos 1990 e início dos anos 2000, a cidade tinha uma das maiores taxas de homicídio do mundo, com mais de 90 por 100 mil habitantes. No entanto, a violência declinou acentuadamente na última década, contrastando com os outros oito estados do Nordeste. Os homicídios em Recife caíram especialmente entre os anos de 2007, 2008, 2010 e 2011. A política pública de segurança concretizada no Programa Pacto Pela Vida, implementado em 2008, conseguiu em um determinado momento combinar mobilização da sociedade, governança da polícia, promessa de articulação com o sistema de justiça e desenvolvimento de programas de prevenção à violência. Nesse sentido, enquanto a média de homicídios no país triplicava, os homicídios em Recife caíram 60% desde maio de 2007 para menos de 30 por 100 mil pessoas. De 2008 a 2013 os homicídios caíram 33% no estado de Pernambuco. Todavia, lamentavelmente, voltaram a crescer a partir 2014, em função do chamado desmonte do Pacto Pela Vida, segundo o especialista José Luiz Ratton, o qual assessorou o governador Eduardo Campos do PSB (2007-2012) na construção do Programa¹².

Por fim, sabe-se que uma das principais consequências sociais da atuação do crime organizado é o uso de homicídios como prática regular, que é regulamentada por suas normas internas. Nesse sentido, uma grande transformação nas taxas de homicídio entre os estados brasileiros, por exemplo, são relacionadas aos comandos de grupos criminosos organizados em torno de mercados ilegais, como de substâncias ilícitas e armas. Conforme Gárzon (2016), estima-se que a violência associada ao crime organizado e gangues seja responsável por até um terço dos homicídios no hemisfério ocidental. A Organização das Nações Unidas acredita que o crime organizado e as gangues respondem por mais de 30% dos homicídios registrados nas Américas (UNODC, 2014). Por outro lado, se observa que o crime organizado pode reduzir a incidência de homicídios, ao exercer controle de territórios e regular a ocorrência de violência letal.

Cerqueira (2010) discorre sobre os fatores sistêmicos relacionados ao comércio ilegal de drogas. Esses fatores dizem respeito aos elementos ocasionados pela interação entre proibição e coerção do Estado para reprimir o mercado de drogas. Ora, a renda econômica angariada neste mercado é um incentivo poderoso para que firmas e traficantes rivais disputem o comércio, lançando mão do instrumento da violência. Para além dos homicídios, que podem resultar de guerras entre as facções e gangues rivais, a falta de contratos executáveis em corte faz com que a violência e o medo funcionem como mecanismo principal

¹² Informações disponíveis em: <https://ponte.org/por-que-o-pacto-pela-vida-em-pernambuco-fracassou/> Acesso em 22 de agosto de 2018.

para disciplinar e punir comportamentos desviantes e fraudes executadas pelos próprios participantes de um mesmo grupo. Ademais, a violência é usada para retaliar, garantir a punição de devedores e, em geral, para alinhar interesses e garantir “direitos de propriedade” da firma estabelecida. Há também a violência utilizada pelas instituições do Estado, a qual pode fazer vítimas participantes ou não dos mercados ilegais.

Pesquisas como de Resignato (2000) indicam fraca correlação entre crimes violentos e efeitos psicofarmacológicos e compulsão econômica dos usuários de drogas, contudo indicam evidências da relação entre crimes violentos e efeitos sistêmicos associados à proibição e ao combate às drogas. Apesar disso, Gárzon (2016) afirma que ao se comparar a situação da América Latina e do Caribe com outras regiões do mundo, nota-se que as ligações entre tráfico de drogas, outros mercados ilícitos e a violência, não são tão lineares ou diretas. Com efeito, causa surpresa a relativa ausência de violência em muitas regiões nas quais existem mercados ilícitos.

No caso do Brasil, mais precisamente, notamos forte relação do crime organizado com os homicídios. Por exemplo, o crescimento da violência letal nas regiões Norte e Nordeste, nos últimos anos, provavelmente foi impulsionado pela guerra de facções criminosas deflagrada entre junho e julho de 2016 entre os dois maiores grupos de narcotraficantes do país, a saber, Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV) e seus aliados regionais (MANSO; DIAS, 2018). Quanto ao estado do ES, possivelmente quatro facções atuam (Primeiro Comando de Vitória (PCV) - ligada ao PCC, CV, Amigos dos Amigos (ADA) e o próprio PCC). O pesquisador Pablo Lira, indica que esses grupos passaram a atuar com mais força a partir de 2015¹³. Por exemplo, entre 2018 e 2019, homicídios aconteceram em Vitória, sobretudo, relacionados às disputas pelo controle do mercado de drogas e de territórios. O grupo “Trem Bala”, braço armado do PCV, que controla o Complexo da Penha, atacou o Morro da Piedade, a fim de colaborar com um grupo local que estava em conflito com outro. Se a estratégia tivesse obtido sucesso, o grupo da Penha passaria a fornecer armas e drogas para a região da Piedade. Essa guerra, por assim dizer, fez vítimas sem envolvimento com os negócios das drogas ilícitas, como os irmãos Juan e Damião Reis, mencionados no início deste trabalho, e outros três jovens no Morro do Moscoso, no início de 2019¹⁴.

Pois bem, tendo em mente essa breve revisão de literatura, a partir de agora passamos a discutir o programa de segurança pública Estado Presente em Defesa da Vida e sua provável

¹³ Disponível em: <https://www.gazetaonline.com.br/noticias/policia/2019/08/pesquisa-revela-presenca-de-quatro-faccoes-criminosas-no-espírito-santo-1014192758.html> Acesso em: 27 de setembro de 2019.

¹⁴ Disponível em: https://www.gazetaonline.com.br/cbn_vitoria/reportagens/2019/02/facao-do-complexo-da-penha-apoia-ataques-em-troca-de-exclusividade-1014170307.html Acesso em: 29 de setembro de 2019.

relação com a diminuição recente dos homicídios no âmbito do ES. Nesse sentido, partimos do aspecto político e institucional, debatido acima.

2. Prevenção à violência homicida no Espírito Santo: o caso do Programa Estado Presente em Defesa da Vida

Entre pelo menos os anos de 2006 e 2015, o ES apresentou taxas de homicídio acima da média nacional e dos demais estados da região Sudeste. Pela tabela abaixo notamos, porém, uma queda dos homicídios iniciada em 2010. Essa tendência de queda tem sido associada às políticas de segurança públicas executadas, sobretudo, durante o governo de Renato Casagrande do Partido Socialista Brasileiro - PSB (2011-2014). No terceiro governo de Paulo Hartung - Partido do Movimento Democrático Brasileiro PMDB (2015-2018), os homicídios se mantiveram em declínio. Hartung, por sua vez, também anunciou medidas de prevenção social da violência homicida, com o Programa Ocupação Social. Em sua terceira gestão, foi constituída a Secretaria Estadual de Direitos Humanos (SEDH) que coordenava o Ocupação Social.

Tabela 1 - Taxa de homicídios do Brasil e por estado da região Sudeste (2006 a 2016)

Taxa de Homicídio por 100 mil habitantes											
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Brasil	26,6	25,5	26,7	27,2	27,8	27,4	29,4	28,6	29,8	28,9	30,3
ES	50,9	53,3	56,4	56,9	51,0	47,1	46,6	42,2	41,4	36,9	32,0
MG	21,4	20,9	19,6	18,7	18,6	21,6	23,0	22,9	22,8	21,7	22,0
RJ	47,5	41,6	35,7	33,5	35,4	29,7	29,4	31,2	34,7	30,6	36,4
SP	20,4	15,4	15,4	15,8	14,6	14,0	15,7	13,8	14,0	12,2	10,9

Fonte: Atlas da Violência 2018 (IPEA; FBSP, 2018), dados do Ministério da Saúde. Elaboração da autora.

Em 2017, a taxa de homicídios no Espírito Santo voltou a subir, o que foi determinado, em parte, pelo movimento que ficou conhecido como a greve dos policiais militares, em fevereiro de 2017. Somente neste mês 219 pessoas sofreram violência letal. De todo modo, no que se refere ao ano de 2018 e aos primeiros meses de 2019, conforme dados da Secretaria de Segurança Pública, o número de crimes letais intencionais está em declínio¹⁵.

¹⁵ O ES registrou queda no índice de homicídios dolosos pelo quinto mês seguido em 2019. Ao todo, foram 439 mortes de janeiro a maio deste ano contra 510 assassinatos no mesmo período de 2018, o que corresponde a 71 vidas poupadas. Somente em maio, em relação ao mesmo mês do ano anterior, foram 12 casos a menos, representando 13% de redução, segundo o governo estadual. Disponível em:

A situação conflituosa e violenta decorrente, em parte, da paralisação dos policiais deixa patente o papel das instituições políticas e de segurança para a manutenção da paz social. Não obstante, as instituições, mesmo quando atuantes, podem contribuir para o caos, quando adotam instrumentos ineficazes, injustos, corruptos e autoritários.

O Programa Estado Presente em Defesa da Vida no ES foi implementado no primeiro mandato do governador Renato Casagrande (PSB) entre 2011-2014 e retomado em 2019, com seu novo mandato. Orienta-se por uma concepção de segurança cidadã, envolvendo uma noção de *prevenção social da violência*. A violência é então entendida como resultado de diferentes e múltiplas causas; nesse sentido, o seu enfrentamento deve englobar variados setores da administração pública. O desenho da política previa a articulação de diferentes setores do governo (em seus três níveis) e da sociedade civil, ou seja, adotava um modelo intersetorial (SEP, 2013).

Refletimos, neste tópico, se a diminuição recente dos homicídios pode ser em alguma medida atribuída à política de segurança pública executada. Para essa análise¹⁶ utilizamos sobretudo como material empírico o livro de autoria de Renato Casagrande, em que apresenta os resultados do Programa, como sendo “um novo modelo de segurança pública” (CASAGRANDE, 2015), bem como o Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2030, publicado em 2013 pela Secretaria Estadual de Economia e Planejamento, em que as diretrizes para a segurança pública estão definidas (SEP, 2013). Pois bem, um dos focos estratégicos do Plano de Desenvolvimento ES 2030¹⁷ é a segurança cidadã, juntamente com capital social e instituições, educação e saúde. O documento afirma que para alcançar níveis elevados de desenvolvimento é preciso “trabalhar pessoas em seus territórios”. Nesse sentido, seria preciso garantir estratégias adequadas para, entre outras coisas, “garantir o exercício pleno da cidadania, por meio de ações capazes de ampliar a segurança e a percepção de um território pacífico e com cooperação mútua de seus habitantes e organizações”. Os objetivos

<https://planejamento.es.gov.br/Not%C3%ADcia/espírito-santo-registra-queda-de-homicídios-dolosos-pelo-quinto-mes-consecutivo> Acesso em: 24 de outubro de 2019.

¹⁶ Trata-se de uma análise documental, que significa o exame e a crítica dos documentos. É preciso conhecer o contexto social global no qual os documentos foram produzidos, bem como a conjuntura, os autores, suas ideologias e interesses particulares. Precisamos também nos assegurar da confiabilidade do texto e de sua natureza – em alguns casos, verificando qual foi o procedimento de coleta de dados que os autores dos documentos utilizaram. Para Cellard (2008), uma análise documental confiável tenta cercar a questão, recorrendo a elementos provenientes de fontes, pessoas ou grupos representando muitos interesses diferentes, a fim de obter um ponto de vista global e diversificado.

¹⁷ Segundo a Secretaria de Economia e Planejamento (SEP), o Plano de Desenvolvimento ES 2030 é um planejamento de longo prazo, com o objetivo de definir prioridades, traçar estratégias, metas e apontar caminhos a serem percorridos por toda a coletividade – setores público, privado e sociedade civil. Coordenaram a construção do Plano a SEP, o Instituto Jones dos Santos Neves, o Fórum das Entidades e Federações (FEF), o Espírito Santo em Ação e a Petrobras. Disponível em: <https://planejamento.es.gov.br/Media/sep/Plano%20ES%202030/ES2030.pdf> Acesso em: 22 de julho de 2019.

da segurança cidadã são: diminuir a criminalidade, aumentar a sensação de segurança do cidadão e garantir as condições plenas do exercício da cidadania (SEP, 2013).

A segurança cidadã pressupõe o entendimento ampliado do conceito tradicional de segurança pública, destacando a figura do cidadão e assumindo a criminalidade como fenômenos sociais de múltiplas causas. O Plano enfatiza que a violência não é tomada apenas como uma questão de polícia e que políticas públicas e ações sociais precisam ser formuladas direcionadas à prevenção; assim, qualifica três tipos de prevenção, a saber: primária (avanços no campo da educação, saúde, assistência social, habitação e outras áreas), secundária (intervenções no desenho arquitetônico e urbanístico, ordenamento territorial, sistema de videomonitoramento, policiamento ostensivo), terciária (programas de diminuição de reincidência criminal e ressocialização de internos do sistema prisional).

O Estado Presente, então, se baseava nestes pressupostos. O planejamento e as iniciativas do Programa tinham como referência 30 aglomerados¹⁸ do estado (20 localizados na Região Metropolitana da Grande Vitória - RMGV e 10 em municípios do interior do estado). Esses locais concentraram em 2010 mais de 50% dos crimes letais intencionais (somatórios dos incidentes de homicídio doloso, latrocínio e lesão corporal seguida de morte), e boa parte da população vivendo em condições sociais adversas. O Programa foi composto pelos eixos proteção policial, proteção social e infraestrutura. O eixo da proteção policial objetivava intensificar a repressão ao tráfico de drogas, ao porte ilegal de armas de fogo e o cumprimento de mandados de prisão, especialmente de homicidas. A proteção social tencionava a integração das ações governamentais com o foco de criar uma ambiência de cidadania e ampliar o acesso aos serviços públicos. Por fim, o eixo da infraestrutura visava o investimento em obras de infraestrutura em unidades policiais; construção, reforma e ampliação de unidades da rede de saúde e educação pública; melhoria de infraestrutura urbana; aquisição de novas ferramentas tecnológicas, viaturas e equipamentos de proteção individual. Nesse sentido, o Programa articulava medidas preventivas com medidas de repressão.

No início de seu mandato em 2011, o governador instituiu a Secretaria de Estado Extraordinária de Ações Estratégicas (SEAE), estrutura governamental vinculada diretamente ao seu gabinete com o propósito de planejar, integrar e coordenar o esforço governamental para incluir a prevenção como componente integral da política de segurança. O órgão tinha o papel de modernizar e aprimorar a gestão do sistema de segurança pública, integração das polícias, destinação de recursos pelas demais secretarias para proporcionar mais qualidade de

¹⁸ Significa um conjunto de bairros, em geral próximos, com características geográficas, demográficas e de criminalidade semelhantes.

vida aos cidadãos nos aglomerados. Uma parte importante do trabalho analítico ocorria periodicamente em reuniões presididas pelo governador, o que comprometia, de certa forma, os atores responsáveis com os resultados da política.

Casagrande afirmou por ocasião de sua participação num seminário da Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 2017¹⁹, que embora os investimentos na área da segurança estadual tenham superado os anteriores durante seu mandato, sobretudo no que concerne à estrutura física e o pessoal do setor, o ponto fundamental do Estado Presente foi dado no campo institucional. Isto é, o chefe do executivo esteve à frente das ações. Reuniões de avaliação junto com a equipe do governo, dirigentes dos municípios, demais poderes e instituições, foram instituídas o que, na concepção de Casagrande, era um sinal evidente da integração de diferentes áreas da administração estadual e, simultaneamente, da articulação com as demais instituições da sociedade. Essa articulação institucional e a definição clara da prioridade possibilitou pela primeira vez um período longo de redução dos homicídios, segundo a avaliação dele.

No que se refere às ações de prevenção da violência, que compunham o assim chamado Eixo Social da política, foram criadas estratégias de integração das famílias com as unidades escolares tencionando diminuir a evasão escolar e melhorar o desempenho escolar dos estudantes. Combater a evasão e melhorar o desempenho de adolescentes e jovens, mais vulneráveis a letalidade violenta, é compreendido pelo governo como uma forma de prevenir a criminalidade.²⁰ Nesse sentido, foi instituído em 2012 o projeto “Coordenadores de Pais”, reprodução do projeto do Itaú Social, cujo alvo era promover uma interação dos familiares dos alunos nos trabalhos desenvolvidos pelas escolas, por meio de um agente que atuava no eixo escola-família. Além deste, foi desenvolvido também o projeto “Esporte pela Paz”. Os núcleos ofereciam atividades esportivas em 16 modalidades para crianças e adolescentes entre 6 e 17 anos. Outro projeto realizado no período foi o “Cultura Presente”, que contemplava a realização de apresentações culturais, espetáculos, oficinas de teatro, dança de rua, sessões de

¹⁹ Disponível em: <https://epge.fgv.br/conferencias/caminhos-para-a-efetividade-da-seguranca-publica-no-brasil-2017/files/casagrande-estado-presente.pdf> Acesso em: 04 de junho de 2019.

²⁰ Esse discurso continua sendo propagado pelo governo estadual por meio, por exemplo, da Secretaria de Educação. Em 2019, com o lançamento da modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) Profissionalizante, o estado anuncia que as vagas serão prioritariamente ofertadas para os territórios do programa Estado Presente, tendo em mente que esse é um modo de enfrentar a criminalidade. Disponível em: <https://sedu.es.gov.br/Noticia/chamada-publica-2020-rematriculas-da-rede-estadual-comecam-na-proxima-terca-feira-29> Acesso em: 26 de outubro de 2019. Ou seja, a educação que é um direito em si, se torna mais justificável, digamos assim, por meio da ideia de combate à violência. Alguns estudiosos entendem isso como uma forma de “securitizar” as políticas públicas. Conforme o Plano de segurança do governo do Ceará (Pacto por um Ceará Pacífico), é importante cuidar para que as políticas públicas não sejam “securitizadas”, isto é, não sejam construídas exclusivamente a partir do prisma da prevenção à violência e o crime. Esporte, cultura, saúde, educação, trabalho, urbanização, são direitos fundamentais para uma cultura de paz, contudo devem ser vistos como direitos por si.

cinema, núcleos de inclusão musical, orquestra nos territórios atendidos pelo Estado Presente. Também foram realizados projetos de qualificação profissional nos aglomerados do Programa. Não obstante, não foi constituída uma estrutura permanente, específica do Estado Presente, em cada território com o objetivo de oferecer aos adolescentes e jovens um espaço de atividades regulares de educação, cultura, lazer e esporte, por exemplo. Ao que tudo indica, essa estrutura será constituída ao longo deste segundo mandato de Casagrande (2019-2022), por meio dos Centros de Cidadania da Juventude (CCJ).

Em termos de investimentos nas áreas contempladas pelo Eixo Social e de infraestrutura, Casagrande (2015) aponta que 38 novos laboratórios foram construídos nas escolas de rede pública estadual e 78 escolas foram construídas, reformadas e ampliadas, em 29 municípios, entre 2011 e 2014. Além disso, 5.310 adolescentes foram atendidos nos seis Centros Estaduais de Idiomas (CEI), com 60 alunos estudando pelo *UP With English*, realizado em parceria com a Embaixada Americana, Movimento ES em Ação e IBEUV; 167 bolsas de intercâmbio foram ofertadas para viagens de estudo em quatro países (EUA, Canadá, Argentina e África do Sul); 6.303 pessoas foram beneficiadas com bolsas de estudos em 64 cursos de ensino superior, ofertadas entre 2011 a 2014, para todo o estado; 9.667 estagiários foram selecionados prioritariamente nas áreas do Programa para atuar em 53 secretarias e órgãos da administração direta e indireta do Governo do Estado do Espírito Santo, entre 2011 e 2014; 118.077 pessoas foram beneficiadas com oficinas, espetáculos e shows; 3.448 crianças e adolescentes foram atendidos em Núcleos de Musicalização nos municípios de Vitória, Vila Velha, Cariacica, Serra e Viana; 1.158 adolescentes e jovens foram envolvidos com os 24 projetos sociais entregues às comunidades de 2012 a 2014; 14.960 crianças e adolescentes foram atendidos em 16 modalidades esportivas nos 50 núcleos de “Esporte pela Paz”, espalhados em seis municípios e 16 aglomerados; 34.011 alunos foram beneficiados, nos anos de 2012, 2013 e 2014, pelo projeto “Coordenadores de Pais”, bem como 36 escolas foram atendidas em 6 municípios, com 18 aglomerados; R\$ 2 milhões de recursos foram destinados à pesquisa na área de Segurança Pública, por meio de editais publicados de 2012 a 2014 e 8 projetos de pesquisas habilitados nos anos de 2012 e 2013.

Atualmente, o que o Programa de segurança parece fazer, em seu Eixo Social, é reunir uma série de projetos e ações já existentes, como Proerd (de resistência às drogas, sobretudo), EJA, Jovens Valores (programa de estágio) associados com a implementação de outros (tais como fomentar a participação de jovens em ações culturais em suas comunidades), sendo que cada um desses projetos é de responsabilidade de um setor do governo (secretarias de educação, cultura, saúde, etc.). Desse modo, o governo compreende que está melhorando e

ampliando o acesso aos serviços públicos, garantindo os direitos de cidadania e, por conseguinte, prevenindo a violência²¹.

Em termos dos investimentos no setor específico da Segurança Pública (Eixo Policial), 5.844 novos policiais foram incorporados, representando um aumento de 60% em relação aos efetivos existentes nas corporações em janeiro de 2011. Ademais, 2.691 viaturas foram adquiridas, desse modo, o governo dobrou a frota encontrada em 2011, que era de 2.473 veículos; mil câmeras de videomonitoramento foram instaladas em pontos estratégicos a partir da análise georreferenciada de indicadores criminais em 16 cidades; 5.200 homicidas foram presos de 2011 a novembro de 2014; e mais de 15 mil armas foram apreendidas no Espírito Santo neste período (CASAGRANDE, 2015).

Atualmente, o governo continua destacando a prisão de homicidas como um feito positivo, que teria relação direta com a redução da violência homicida. Alguns estudos tentam relacionar a queda de homicídios ao aumento do aprisionamento de determinados grupos, especialmente dos chamados “homicidas contumazes”. Apesar de os trabalhos não serem conclusivos quanto à correlação entre o aumento do número geral de prisões e a redução dos homicídios, o quadro se altera quando as prisões se concentram em grupos específicos. Kahn e Zanetic (2009) constataram importante correlação entre o aprisionamento desses homicidas contumazes e a redução das taxas de homicídio. O mesmo foi descoberto por Zaverucha e Nóbrega Junior (2015) ao avaliar os efeitos do programa Pacto pela Vida na redução dos homicídios em Pernambuco, sendo que as prisões por homicídio qualificado tiveram efeitos mais significativos do que as prisões por homicídio simples. Quanto à segurança pública no ES, Ribeiro Junior (2011) e Bittencourt (2014) abordaram o encarceramento em massa e a seletividade penal, enfatizando sua perversidade e ineficácia no que se refere ao controle da criminalidade. Em 2019, o ES possui 72% a mais de presos do que sua capacidade e enfrenta a maior superlotação dos presídios nos últimos dez anos. A população carcerária cresceu 179% no estado entre 2009 e 2019, passando de 8.509 para 23.767 presos. Os dados são da Secretaria de Estado da Justiça²².

Fajardo, ex-secretário da mencionada SEAE, Barreto, Major da Polícia Militar e Assessor da SEAE e Figueiredo, Assessora Especial da SEAE, apresentaram no “VII Congresso de Gestão Pública” em 2014, um trabalho sobre o Programa Estado Presente. Para

²¹ Nesta nova versão, a coordenação executiva do programa passou para a Secretaria de Economia e Planejamento, a coordenação do Eixo Social está a cargo da SEDH e o Eixo Policial, por sua vez, é coordenado pela Secretaria de Segurança. A relação dos projetos previstos para o Eixo Social está disponível em: <https://www.es.gov.br/Noticia/projetos-do-eixo-social-do-programa-estado-presente> Acesso em: 26 de outubro de 2019.

²² Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/gv/em-10-anos-populacao-carceraria-aumentou-179-no-es-1019> Acesso em 28 de outubro de 2019.

os autores, a violência exponencial no Espírito Santo pode ser explicada pelo fato de a RMGV ter se tornado a partir dos anos 1970 um polo atrativo de investimentos²³ sem que tivesse recebido, no mesmo período, investimentos voltados para a segurança pública e defesa social.

Os autores apontam as elevadas taxas de homicídio como sendo consequência desse processo acelerado de industrialização e urbanização. Entre 1979 e 2008, a RMGV apresentou um crescimento real de cerca de 1423% no número de registros de homicídios. As vítimas, em sua maioria eram do sexo masculino (91%), de cor parda (70%), tinham entre 15 a 24 anos (51%), eram solteiras (72%), foram vitimadas com o uso de arma de fogo (88%) e em 21% dos casos recebeu algum tipo de socorro médico. De maneira geral, o crescimento da violência letal nos municípios da RMGV não aconteceu de maneira homogênea, mas concentrada, apresentando algumas características comuns em sua distribuição: bairros ou conjuntos de bairros com grande densidade demográfica, de ocupação recente (menor que 30 anos), caracterizados por baixo grau de urbanização e população residente de baixo nível socioeconômico.

Segundo o trabalho mencionado, a RMGV respondeu por cerca de 65% dos casos de violência letal no Espírito Santo em 2011. Assim como a dinâmica metropolitana define a distribuição e concentração da violência letal em todo o estado, um pequeno número de bairros concentra grande parte da violência na região metropolitana. Por exemplo, em 2011, dos 839 bairros que compõem a malha metropolitana, as 20 regiões mais violentas responderam por aproximadamente 42% do total de homicídios registrados na RMGV e por cerca de 27% do estado do ES.

Dessa forma, objetivando ampliar os resultados positivos obtidos no período imediatamente anterior (redução de 9,3% no número de registros de homicídio entre 2009 e 2010) teve início em 2011 a implantação do Estado Presente. O principal objetivo declarado do Programa foi promover a articulação institucional necessária para priorizar a implantação de um conjunto de ações e projetos voltados para o enfrentamento da violência letal e para a prevenção primária por meio da ampliação do acesso à educação, esporte, cultura, geração de emprego, renda e promoção da cidadania em regiões caracterizadas por altos índices de vulnerabilidade social. O conceito de vulnerabilidade social empregado no âmbito do Estado Presente se referia ao conjunto de fatores socioeconômicos e demográficos capazes de reduzir

²³ Conforme Nader (2003), em 1970 Vitória possuía 218 estabelecimentos industriais. Nos dez anos seguintes, foram criadas ao redor da cidade inúmeras empresas; por exemplo, na década de 1980 foram registradas 646 indústrias. Vitória passou a comportar indústrias de transformação. No período de 1970 a 1993, as indústrias localizadas em Vitória cresceram em torno de 336%. O crescimento industrial a partir de 1970 contribuiu para que a cidade tivesse seu espaço expandido para seu entorno com a instalação de pequenas empresas.

o nível de bem-estar de uma determinada população, em decorrência de sua exposição a certos tipos de risco. Não se restringe à noção de pobreza, mas inclui a composição familiar, as condições e o acesso aos serviços de saúde, a qualidade e o acesso ao sistema educacional, à oportunidade de acesso ao mercado de trabalho, etc.

O processo de definição das regiões atendidas – chamadas aglomerados²⁴ – baseou-se em procedimento metodológico estruturado sobre o cruzamento de um conjunto de variáveis georreferenciadas em bases cartográficas, e atendeu a critérios de contiguidade geográfica e de similaridade dos padrões de urbanização, características socioeconômicas, demográficas e de violência letal. A metodologia do programa previa a integração das ações das polícias civil e militar no direcionamento do enfrentamento qualificado da criminalidade. A união do trabalho policial qualificado, com a implantação de políticas sociais foi o que fez a diferença, segundo o governo. Comparando o ano de 2009 com o de 2014, notamos uma redução de 387 mortes violentas. Apesar disso, as taxas de homicídio permanecem altas, acima da média nacional. Em 2009 a taxa por 100 mil habitantes foi de 56,9, e em 2014 foi de 41,4. Já em 2017, a taxa foi de 37,9 (IPEA; FBSP, 2019). Destacamos que o Estado Presente teria sido “descontinuado” nos termos do governo Casagrande, durante o terceiro mandato de Hartung (2015-2018), de todo modo, os homicídios continuaram a cair neste período.

Para atribuímos a diminuição dos homicídios ao Programa, precisaríamos de mais elementos empíricos e, ainda assim, não seria possível uma total e direta atribuição, dado não ser praticável o isolamento da atuação do estado de outros elementos sociais. Além disso, como mencionado, os homicídios iniciaram a trajetória de queda de 2009 para 2010, quando o Estado Presente não existia. Outro ponto: entre 2015 e 2016, no terceiro mandato de Hartung, os homicídios continuaram a cair, sendo que este governo também anunciou medidas de prevenção social da violência, por meio do Programa Ocupação Social. O Plano Estadual de Segurança Pública referente ao período de 2015 e 2018 se direcionou, de igual modo, pelas diretrizes de segurança cidadã do Plano de Desenvolvimento ES 2030. Na verdade, o orçamento para esse setor vem crescendo continuamente no estado. O Plano Plurianual, planejamento estratégico de arrecadação e gastos para os próximos quatro anos 2020-2023, apresentado pelo governo em 2019, indica as diretrizes no uso dos recursos públicos, estabelecendo prioridades. Ganha relevo nesse planejamento a Secretaria de Segurança Pública. Pela primeira vez numa série histórica os gastos do governo em segurança devem

²⁴ Como mencionado antes foram identificados 30 aglomerados (20 localizados na RMGV e 10 em municípios do interior do estado). Os municípios contemplados pelo programa foram: Cariacica, Vila Velha, Vitória, Viana e Serra (localizados na RMGV); e Linhares, São Mateus, Cachoeiro de Itapemirim, Aracruz, Colatina, Conceição da Barra, Jaguaré, Pedro Canário, Sooretama e Baixo Guandu (localizados no interior). Nestes locais estavam concentrados mais de 50% dos crimes letais intencionais (FAJARDO et al., 2014).

ultrapassar os executados pela Secretaria de Educação. O gasto total é de pouco mais de 75 bilhões no quadriênio, dividido por todas as secretarias. Nos últimos anos, o primeiro lugar ficou com a Secretaria de Saúde, a de Educação ficava em segundo e Segurança Pública em terceiro lugar. Essas posições vão se inverter, de modo que a Segurança passará para o segundo lugar. Isso não é um fenômeno recente, desde 2014, pelo menos, a cada orçamento anual os investimentos na área da segurança, em específico, aumentam continuamente: em 2014 representou cerca de 8% do orçamento total do estado e em 2019 está em quase 12%, esses dados foram disponibilizados pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Embora não possamos atribuir a redução dos homicídios direta e exclusivamente ao Programa, podemos, à luz da literatura especializada, afirmar que o fortalecimento das instituições políticas de segurança está correlacionado, em alguns contextos, com diminuição da violência homicida, o que pode possivelmente ter acontecido no ES. De todo modo, considerando os fatores que mais impulsionam a violência homicida, devemos levar em conta dois aspectos que são importantes em nosso contexto: o demográfico e as atividades de grupos do narcotráfico. Uma diminuição da proporção de jovens na população, bem como uma nova configuração dos mercados ilegais, possivelmente teriam relação com a queda de homicídios. Nesse caso, esses fatores precisariam ser cuidadosamente avaliados. Além disso, cabe ainda uma reflexão sobre um efeito perverso da política pública: o superencarceramento.

Breves considerações finais

Acreditamos que provavelmente a recente trajetória de queda dos homicídios no Espírito Santo em parte é explicada pelas melhorias no setor da segurança pública, a partir do aumento de investimentos na área, articulado com investimentos em políticas sociais, bem como pelo comprometimento dos tomadores de decisão com a redução dos crimes letais. Todavia, o estudo deve ser aprofundado. As políticas de segurança pública implementadas entre 2007 e 2010 e entre 2015 e 2018 precisam ser avaliadas, bem como os investimentos em políticas sociais e os efeitos precisos de projetos sociais nas comunidades atendidas. Um aspecto importante da pesquisa será a análise das medidas de prevenção da violência juvenil implementadas. Nesse sentido, o estudo propõe uma pesquisa qualitativa com a participação de adolescentes e jovens em dois bairros na RMGV, um em Serra e outro em Cariacica, por serem municípios que historicamente apresentam taxas elevadas de homicídio. Em linhas gerais, temos em mente conhecer a percepção dos jovens sobre os projetos e os principais fatores que desencadeiam a violência homicida nesses contextos, além de conhecer como se

dá a interação entre os sujeitos e as autoridades da segurança pública, em que medida essas interações podem contribuir para uma maior ou menor sensação (e realidade) de segurança.

Referências bibliográficas

- ADORNO, Sérgio. Violência e crime: sob o domínio do medo na sociedade brasileira. In: **Cidadania, um projeto em construção**: minorias, justiça e direitos. BOTELHO, André; SCHWARTZ, Lília Moritz (Orgs.). São Paulo: Claro Enigma, 2012.
- BEATO, Claudio. **Crime e Cidades**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- BERTAUX, Daniel. **Narrativas de vida**: a pesquisa e seus métodos. Natal, RN: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2010.
- BITTENCOURT, Matheus Boni. **As políticas da insegurança: da Scuderie Detetiva Le Cocq às masmorras do novo Espírito Santo**. 2014. 168f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.
- CARDIA, Nancy; ADORNO, Sérgio; POLETO, Frederico. Homicídio e violação de direitos humanos em São Paulo. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 47, 2003.
- CASAGRANDE, Renato. **Estado Presente em Defesa da Vida**: um novo modelo para a segurança pública. Fundação João Mangabeira, 2015.
- CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p.295-316.
- CERQUEIRA, Daniel. **Causas e consequências do crime no Brasil**. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Economia, 2010.
- COELHO, Edmundo. C. A Criminalidade Urbana Violenta. **Dados**, vol. 31, n. 2, 1988, p. 145-183.
- COSTA, Marco Aurélio Borges. Mitos sobre homicídios no Espírito Santo. In: **III Seminário do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar**, 2012, São Carlos - SP. Anais do III Seminário do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, 2012.
- COSTA, Arthur; LIMA, Renato Sérgio de. Estatísticas oficiais, violência e crime no Brasil. **BIB**, São Paulo, nº 84, 2018, p. 81-106.
- Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) (2014). Global study on homicide 2014. Vienna.
- Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) (2019). Global study on homicide 2019. Vienna.
- FAJARDO, Álvaro; BARRETO, Leonardo; FIGUEIREDO, Sabrina. Programa Estado Presente: em Defesa da Vida. In: **VII Congresso de Gestão Pública**. Centro de Convenções Ulisses Guimarães. Brasília-DF – 25, 26 e 27 de março de 2014. Anais do VII Congresso de Gestão Pública. 2014.
- GÁRZON-VERGARA, Juan Carlos. **Qual a relação entre o crime organizado e os homicídios na América Latina?** Nota de Homicídios 3. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé. 2016.
- HOELSCHER, Kristian; NUSSIO, Enzo. Understanding unlikely successes in urban violence reduction. **Urban Studies**, Vol. 53(11) p. 2397–2416, 2015.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da Violência 2018**. 2018.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da Violência 2019: retratos dos municípios brasileiros**. 2019.
- INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). **Caderno da Juventude 03**. Juventude e Violência. Vitória-ES, 2015.
- KAHN, Túlio; ZANETIC, André. **O papel dos municípios na segurança pública**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.
- KANT DE LIMA, R.; MISSE, M.; MIRANDA, A. P. M. Violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal no Brasil: uma bibliografia. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 50, p. 45-124, 2000.
- MANSO, Bruno. P.; DIAS, Camila. N. **A guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil**. São Paulo: Todavia, 2018.

MELLO, João M. P. de.; SCHNEIDER, Alexandre. Mudança demográfica e a dinâmica dos homicídios no Estado de São Paulo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação Seade, v. 21, nº 1, 2007, p. 19-30.

NADER, Maria Beatriz. **Mudanças Econômicas e relações conjugais**: novos paradigmas na relação mulher casamento. Vitória (ES) 1970-2000. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2003.

NÓBREGA JÚNIOR, José M. Pereira da. A dinâmica dos homicídios no Nordeste e em Pernambuco. **Dilemas**, Rio de Janeiro, v3, n. 10, p. 51-74, 2010.

OLIVEIRA, Daniela C. N. de. **Crônicas dos jovens na periferia**: criminalização da pobreza, sociabilidades e conflitos. 2018. 210f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.

OUMET, Marc; LANGLADE, Aurélien; CHABOT, Claire. The Dynamic Theory of Homicide: Adverse Social Conditions and Formal Social Control as Factors Explaining the Variations of the Homicide Rate in 145 Countries. **Canadian Journal of Criminology and Criminal Justice**, vol.60, nº2, 2018. p. 241-265.

PAIXÃO, Antônio Luiz. Crime, controle social e consolidação da democracia: as metáforas da cidadania. In: REIS, F. W.; O'DONNELL, G. (Orgs.). **A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas**. São Paulo: Vértice, 1988. p. 168-199.

RATTON, José Luiz. Crime, polícia e sistema de justiça no Brasil contemporâneo: uma cartografia (incompleta) dos consensos e dissensos da produção recente das ciências sociais. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**. BIB, São Paulo, n. 84, 2018, p. 5-12.

RESIGNATO, Andrew. Violente crime: a function of drug use or drug enforcement. **Applied Economics**, vol. 32, issue 6, 2000, p.681-688.

RIBEIRO JR., Humberto. **Encarceramento em massa e criminalização da pobreza no Espírito Santo**: as políticas penitenciárias e de segurança pública do governo de Paulo Hartung (2003-2010). Vitória: Causa, 2012.

RODRIGUES, Márcia Barros F.; CRUZ, Deivison Souza. Políticas públicas e gestão urbana: o caso da região metropolitana da Grande Vitória no estado do Espírito Santo. **Dimensões**, vol. 27, p. 23-39, 2011.

SAPORI, Luís Flávio. Avanço no socioeconômico, retrocesso na segurança pública: paradoxo brasileiro? Desigualdade & Diversidade – **Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio**, n. 11, ago/dez, 2012, p. 133-158.

SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA E PLANEJAMENTO (SEP). Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2030. SEP, Vitória-ES, 2013.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Não matarás**: desenvolvimento, desigualdade e homicídios. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

WELLFORD, C. Crime and the dimensions of nations. **International Journal of Criminology and Penology**, v.2, 1974, p.1-10.

WOLF, Preben. Crime and development; an international comparison of 1971 crime rates. **Scandinavian Studies in Criminology**, v.3, 1971, p. 107-120.

ZALUAR, Alba. Violência e crime. In: MICELI, S. (Org.). **O que ler na ciência social brasileira: 1970-1995**. São Paulo: Anpocs, 1999. p. 13-107.

ZANOTELLI, Cláudio Luiz et al. Criminalidade violenta e fragmentação urbana na Grande Vitória. **Geografares**, nº5, 2006, p. 35-50.

ZAUERUCHA, J.; NÓBREGA JÚNIOR, J. M. O Pacto pela Vida, os tomadores de decisão e a redução da violência homicida em Pernambuco. **Dilemas**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, 2015, p. 235-252.